MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos

Aviso

Por ordem superior se faz público que, de acordo com uma comunicação da Embaixada de Sua Majestade Britânica, foi depositado nos arquivos do Governo do Reino Unido, em 10 de Outubro de 1965, por parte do Governo de Singapura, o instrumento de adesão à Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, havendo-se procedido à assinatura da mesma Convenção em 28 do referido mês.

Em conformidade com aquela comunicação, Singapura é membro do aludido organismo internacional a partir da data da assinatura, nos termos do artigo xv do Acto Constitutivo.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos, 5 de Março de 1968. — O Director-Geral, *G. Caldeira Coelho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 23 267

De harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 47 069, de 4 de Julho de 1966, que criou a Obra Social do Ministério do Ultramar, no prosseguimento das medidas regulamentares já publicadas, para boa execução do sector da previdência que constitui um dos seus objectivos, torna-se necessário regulamentar aquele diploma.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º v da base x da Lei Orgânica do Ultramar Português, aprovar o Regulamento do Sector da Previdência da Obra Social do Ministério do Ultramar, que faz parte integrante desta portaria e baixa assinado pelo Ministro do Ultramar.

Ministério do Ultramar, 13 de Março de 1968. — Pelo Ministro do Ultramar, *José Coelho de Almeida Cota*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *J. Cota*.

REGULAMENTO DO SECTOR DA PREVIDENCIA DA OBRA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Artigo 1.º — 1. No sector da previdência, a Obra Social do Ministério do Ultramar, adiante designada por Obra Social, tem por fim essencial assegurar por morte dos seus subscritores um subsídio pecuniário único, pago por uma só vez, à pessoa ou pessoas consideradas hábeis para o efeito, nos termos deste Regulamento.

2. Sem prejuízo da finalidade essencial referida no n.º 1 deste artigo, e quando as suas condições financeiras o permitirem, a Obra Social poderá cooperar em quaisquer outras actividades destinadas a beneficiar os subscritores, mediante condições a aprovar por despacho do Ministro do Ultramar.

Art. 2.º — 1. São hábeis para se inscreverem como subscritores da previdência da Obra Social os beneficiários

previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 47 069, de 4 de Julho de 1966.

2. A inscrição dos indivíduos referidos no n.º 1 deste artigo é facultativa.

3. Consideram-se desde já subscritores da previdência da Obra Social todos os actuais associados da Associação de Previdência do Ministério do Ultramar no pleno uso dos seus direitos e obrigações à data da integração da referida instituição na Obra Social, desde que no prazo de 180 dias, contados da entrada em vigor deste Regulamento, não declarem desejar perder tal qualidade.

4. São mantidos aos subscritores a que se refere o número anterior os direitos que tinham na referida instituição nas condições previstas nos respectivos estatutos, salvo se desejarem actualizar os seus subsídios nos termos do artigo 7.º do presente Regulamento.

Art. 3.º — 1. As inscrições serão feitas numa folha individual de inscrição, da qual conste o nome do interessado, data do nascimento, lugar, freguesia, concelho e província ultramarina onde nasceu, filiação, estado, indicação do diploma, portaria de nomeação, data da posse e importância que deseja subscrever, tudo segundo o modelo i anexo a este Regulamento.

2. Estes elementos serão confirmados pelo chefe hierárquico de que dependa o funcionário a inscrever.

3. As inscrições a que se refere o artigo anterior só se consideram efectuadas quando a importância da primeira quota der entrada na tesouraria da Comissão Executiva dos Organismos Assistenciais.

Art. 4.º — 1. Os subsídios pecuniários a subscrever, nos termos do artigo 1.º, não poderão ser inferiores a 10 000\$, nem superiores a 50 000\$, devendo ser sempre múltiplos de 5000\$.

2. Logo que as circunstâncias o permitirem, o limite a que se refere o n.º 1 deste artigo poderá ser elevado para 100 000\$, mediante autorização ministerial, em face de proposta fundamentada da direcção da Obra Social.

3. No acto da inscrição o subsídio a subscrever não poderá ser superior a 25 000\$.

Art. 5.º — 1. Os subsídios são impenhoráveis, não ficando assim sujeitos a arresto ou acção judicial para pagamento de dívidas, e sobre eles não poderá incidir qualquer contribuição, imposto ou taxa, e não poderão, pela sua natureza, fazer parte de arrolamentos de bens.

2. Quando o subscritor, à data do seu falecimento, dever à Obra Social quaisquer das quotas, adicionais e indemnizações a que se referem os artigos 12.º a 18.º do presente Regulamento ou qualquer outra importância, o total do seu débito será deduzido do subsídio a entregar aos herdeiros considerados hábeis, nos termos do artigo 21.º

Art. 6.º — 1. As pessoas hábeis designadas nos n.ºs 1.º a 3.º da alínea 2) do artigo 21.º, quando os subsídios subscritos não forem superiores a 10 000\$, têm obrigatoriamente direito à sua totalidade. Quando, porém, os subsídios forem superiores àquela quantia, os subscritores podem dispor livremente do excedente em benefício de quem designarem em declaração formulada nas condições referidas no artigo 24.º do presente Regulamento.

2. Para efeitos da aplicação do disposto na segunda parte do n.º 1 deste artigo, o subsídio reduzido a que se refere o artigo 19.º, quando acumulado com qualquer outro subsídio, considerar-se-á como um único subsídio.

Art. 7.º — 1. Qualquer subscritor poderá aumentar, a seu pedido, o subsídio em que inicialmente se tenha inscrito, devendo subordinar-se às seguintes condições:

- a) Ter um ano, pelo menos, de subscritor, a contar da data de admissão;
- b) Ter menos de 65 anos de idade à data do pedido;